



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS-CCJE

**Departamento: Gemologia**

**Disciplina: Consentimentos Minerários**

**Carga Horária Semestral: 60**

**Professora: Neiva Lima dos Santos Buaiz**

**Código: GEM06690**

**Créditos: 04**

**Período: 2011/1**

## PROGRAMA DE DISCIPLINA

### A. EMENTA

Introdução ao Direito Minerário: O direito minerário brasileiro, regime constitucional dos recursos minerais, solo e subsolo, jazidas e minas, classificação das minas, partes integrantes de mina, o minério extraído; Regimes de aproveitamento mineral: O requerimento de pesquisa, direito de prioridade, consentimentos para pesquisa, consentimentos para lavra, manifesto de mina, Proteção especial a atividade mineral, aplicação do direito ambiental a mineração: Código de mineração.

### B. OBJETIVO

Levar ao discernimento acerca dos principais conceitos e aplicação da Natureza Jurídica do Consentimento para pesquisa mineral do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro. Estudar e aplicar as relações jurídicas existentes com os minerais industriais e a cadeia produtiva de gemas, jóias e afins. Proporcionar aos alunos, conhecimentos da Legislação Mineral adequada e identificação de impactos ambientais - Noções. Riscos da atividade mineral, estudo e aplicação do Código de Mineração e Constituição Federal.

**1. Introdução ao Direito Minerário:** pág. 13 a 40, capítulo I da bibliografia recomendada.

- 1.1 A história do Direito Minerário;
- 1.2 A influência de outros Países na Mineração Brasileira;
- 1.3 A Realidade Nacional da Mineração Brasileira.

---

**2. O Direito Minerário Brasileiro:** pág. 43 a 112, capítulo II da bibliografia recomendada.

- 2.1 Regime Constitucional dos Recursos Minerais;
- 2.2 Relações Jurídicas no Direito Minerário;

- 2.3 Solo, Subsolo, Jazidas e Minas;
  - 2.4 Garimpagem, Faiscação e Cata;
  - 2.5 Classificação das Minas;
  - 2.6 Partes Integrantes das Minas;
  - 2.7 Características do Direito Minerário;
  - 2.8 O Minério Extraído.
- 

**3. Os Regimes de Aproveitamento Mineral:** pág. 115 a 148, capítulo III da bibliografia recomendada.

- 3.1 **Requerimento de Pesquisa;**
  - 3.2 **Direito de Prioridade;**
  - 3.3 **Consentimento para Pesquisa;**
  - 3.4 **Consentimento para Lavra;**
  - 3.5 **Consentimento Municipal;**
  - 3.6 **Consentimento para Lavra Garimpeira;**
  - 3.7 **Consentimento para Exploração Pública;**
  - 3.8 **Monopólio;**
  - 3.9 **Manifesto de Mina.**
- 

**4. Proteção Especial à Atividade Mineral:** pág. 151 a 168, capítulo IV da bibliografia recomendada.

- 4.1 Risco da Atividade;
  - 4.2 Penhora de Partes Integrantes da Mina;
  - 4.3 Aplicação do Direito Ambiental à Mineração;
  - 4.4 Regras para a boa aplicação do Direito Ambiental;
  - 4.5 Busca do Desenvolvimento e Proteção Ambiental.
  - 4.6 Estudos de casos e enquadramento na legislação mineral
- 

**5. Código de Mineração:** pág. 171 a 213 da bibliografia recomendada.

- 5.1 Instituição e Aplicação – Decreto-Lei Nº. 227, de 27/02/1967; Regulamento do Código de Mineração - Decreto Nº. 62.934, de 02/04/1968;
  - 5.2 Constituição Federal de 1988;
  - 5.3 Legislação Aplicada.
- 

## **D – METODOLOGIA**

### **Procedimentos:**

A disciplina será ministrada por meio de:

- aulas expositivas, dialogadas, ministradas pelo professor com a participação pró ativa dos alunos;
- discussões de casos e práticas didáticas que possibilitem a participação efetiva dos alunos no processo de apreensão e consolidação dos conteúdos programáticos.

- trabalhos escritos individuais e/ou coletivos com construção orientada;
- Discussão orientada de estudos de casos.

#### **Recursos:**

- Quadro e pincel;
- projetor de multimídia (data show)
- textos diversificados

#### **E - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

O sistema de avaliação será estruturado como se segue:

- a) Participação nas aulas – 10% da nota total;
- b) Duas avaliações individuais escritas – 60% da nota total (1ª em 28/04/2011 – 2ª em 28/06/2011); prova final será no dia 07/07/2011.
- c) Um seminário e trabalhos sobre tema a ser definido oportunamente, individual ou em grupo, escrito e apresentado ao final da unidade – 20% da nota total;
- d) Um trabalho individual sobre tema a ser definido - estudo de caso –10% da nota total.
- d) A nota final do aluno será obtida através da soma das notas auferidas durante o período. As leituras dirigidas, quando acompanhadas da entrega de fichas, bem como os debates organizados em sala de aula, a critério do professor, poderão fazer parte da composição das notas.
- e) Não serão aplicadas provas de 2ª chamada, a não ser para os casos previstos no regulamento da UFES.
- f) Os alunos que obtiverem média parcial inferior a 7,0 terão o direito a realizar uma prova final, devendo alcançar média final igual ou superior a 5,0 para aprovação.
- g) Observação importante: Tendo em vista o que dispõe a legislação educacional e as normas da UFES, só obterá crédito e nota na disciplina o aluno que comparecer no mínimo a 75% das aulas ministradas. O não cumprimento dessa exigência implica na reprovação com nota zero, independentemente do resultado das avaliações (provas e trabalhos) que ele eventualmente tenha realizado.

#### **F. Bibliografia**

ARRUDA, A. T. **Normas regulamentares de mineração**. Brasília: Ministério de Minas e Energia – Departamento de Produção Mineral, 1988.

BEDRAN, E. **A mineração à luz do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Alba, 1957, v. I, II e III.

**Código de Mineração e Legislação corretiva**. Ministério das Minas e Energia. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1987.

PINTO, Uile Reginaldo- **Consolidação da Legislação Mineral e Ambiental-11ª Ed.** Brasília 2008.670p.

FREIRE, W. **Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral**. Belo Horizonte. Revista de Direito Minerário, 2005.

FREIRE, William. Coletânea de Legislação Mineral-Belo Horizonte: Editora Mineira Livros Jurídicos LTDA, 2005.958p.

GODINHO, T. M. **A conceituação jurídica de autorização de pesquisa e da concessão de lavra.** Brasília: IBRAM, 1990.

**G. Bibliografia Recomendada:**

FREIRE, W. **Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral.** Belo Horizonte. Editora Revista de Direito Minerário LTDA, 2005.

---

PROFESSORA- NEIVA LIMA DOS SANTOS BUAIZ

---

PROFESSORA SONIA MARIA DALCOMUNI  
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GEMOLOGIA